entidades com representatividade na área territorial do PNSSM, podendo estas estabelecer regras próprias de rotatividade na representação.

5 — A designação dos representantes, efetivos e suplentes, das Organizações Não Governamentais de Ambiente a que se refere a alínea w) do n.º 1, é realizada pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), podendo ser estabelecidas regras de rotatividade na representação dessas entidades.

6 — As individualidades a que se refere a alínea x) do n.º 1 são cooptadas pelos restantes membros do Conselho Estratégico.

21 de maio de 2015. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.

208672358

Despacho n.º 6086/2015

A Lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., aprovada pelo Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, prevê a existência de conselhos estratégicos enquanto órgãos do ICNF, I. P., de natureza consultiva, que funcionam junto de cada área protegida.

Importa, pois, proceder à designação dos membros do Conselho Estratégico do Parque Natural do Tejo Internacional, incluindo, conforme previsto naquela lei orgânica, representantes designados pelas entidades associativas e empresariais dos setores de atividade socioeconómica considerados relevantes no contexto da área protegida em causa.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, sob proposta do ICNF, I. P., e no uso de competência delegada, determino:

1 — Integram o Conselho Estratégico do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) as seguintes entidades:

- a) Um representante do ICNF, I. P.;
- b) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- c) Um representante da Direção-Geral do Património Cultural;
- d) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- e) Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- f) Um representante da Câmara Municipal de Castelo Branco;
- g) Um representante da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova;
- h) Um representante da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão;
- i) Um representante das Juntas de Freguesia da área do PNTI;
- j) Um representante do Instituto Politécnico de Castelo Branco;
- k) Um representante das Associações de Produtores Florestais;
- l) Um representante das Organizações do Sector da Caça;
- m) Um representante das Associações de Agricultores;
- n) Um representante da Entidade Regional de Turismo do Centro;
- o) Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- p) Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- q) Um representante do Núcleo Empresarial da Região;
- r) Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área do PNTI;
- s) Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

2 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as entidades indicadas no número anterior são notificadas pelo ICNF, I. P., para, no prazo máximo de 15 dias, indicarem os respetivos representantes, efetivos e suplentes.

3 — A designação dos representantes, efetivos e suplentes, das juntas de freguesia, a que se refere a alínea i) do n.º 1, cabe à Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) que pode estabelecer regras de rotatividade na representação.

4 — A designação dos representantes, efetivos e suplentes, a que se referem as alíneas k) a m), o) e p) do n.º 1, é realizada por acordo entre as entidades com representatividade na área territorial do PNTI, podendo estas estabelecer regras próprias de rotatividade na representação.

5 — A designação dos representantes, efetivos e suplentes, das Organizações Não Governamentais de Ambiente a que se refere a alínea r) do n.º 1, é realizada pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), podendo ser estabelecidas regras de rotatividade na representação dessas entidades.

6 — As individualidades a que se refere a alínea s) do n.º 1 são cooptadas pelos restantes membros do Conselho Estratégico.

21 de maio de 2015. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Miguel de Castro Neto*.

208676521

MINISTÉRIO DA SAÚDE

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Despacho n.º 6087/2015

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) Os estatutos do INFARMED, I. P., aprovados pela Portaria n.º 267/2012, de 31 de agosto, determinam a existência da Direção de Gestão de Informação e Comunicação, com as competências que lhe estão atribuídas no artigo 9.º do mesmo diploma legal.

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, o cargo de Diretor da Direção de Gestão de Informação e Comunicação é de direção intermédia de 1.º grau;

c) Nos termos do disposto no artigo 21.º do citado diploma, procedeu-se à abertura de procedimento concursal para ocupação do referido cargo, com observância de todo o formalismo legal;

d) Do referido procedimento concursal resulta a proposta pelo júri, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo 21.º, de designação da licenciada Célia Cristina Lopes Alves,

designa, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a licenciada Célia Cristina Lopes Alves para exercer, em comissão de serviço, o cargo de Diretor da Direção de Gestão de Informação e Comunicação, com efeitos à data de assinatura do presente Despacho.

4 de março de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Eurico Castro Alves*.

Sinopse Curricular

Nome: Célia Cristina Lopes Alves
Data de Nascimento: 22 de dezembro de 1969
Formação Académica:

Frequência do Master of Business Administration — The Lisbon MBA (2012-2014) — Nova SBE/Católica —Lisbon.

FORGEP — Cursos de Formação em Gestão Pública (2010) — INA/ Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

Licenciatura em Comunicação Social, com especialização em Relações Públicas, Publicidade e Marketing (1992) — Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Experiência Profissional:

INFARMED, I. P. — Diretora da Direção de Gestão de Informação e Comunicação (2008/2014)

INFARMED, I. P. — Assessora do Conselho Diretivo na área de Comunicação (2007/2008)

Weber Shandwick D&E — Diretora Geral Adjunta (2004/2007)

NR Hill & Kowlton — Diretora Geral (2001/2003)

Documentos & Eventos Weber Shandwick — Diretora Geral Adjunta/Diretora de Projetos (1999/2001)

Burson Marsteller — Senior Associate (1997/1999)

CNEP Hill & Knowlton — Diretora de Comunicação para Clientes Internacionais/Senior Executive/Executive/Junior Executive (1993/1997)

208673881

Despacho n.º 6088/2015

O Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., considerando que:

a) O Regulamento Interno da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P., aprovado pela deliberação n.º 1783/2013, publicada na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 191, a 3 de outubro de 2013, determina a existência da Unidade de Introdução no Mercado (UIM), como subunidade orgânica pertencente à Direção de Avaliação de Medicamentos (DAM).

b) Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e alterada